

## Repositório ISCTE-IUL

---

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2024-04-02

Deposited version:

Publisher Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Freire, A. & Queiroga, V. (2023). A gestão política da COVID19: Atitudes de representantes e representados. In André Freire, Guya Accornero, Viriato Queiroga, Maria Asensio, José Santana Pereira, Helena Belchior Rocha (Ed.), *Da austeridade à pandemia: Portugal e a Europa entre as crises e as inovações*. (pp. 237-257). Lisboa: Mundos Sociais.

Further information on publisher's website:

<https://www.mundossociais.com/livro/da-austeridade-a-pandemia/136>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Freire, A. & Queiroga, V. (2023). A gestão política da COVID19: Atitudes de representantes e representados. In André Freire, Guya Accornero, Viriato Queiroga, Maria Asensio, José Santana Pereira, Helena Belchior Rocha (Ed.), *Da austeridade à pandemia: Portugal e a Europa entre as crises e as inovações*. (pp. 237-257). Lisboa: Mundos Sociais.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

---

### Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

---

## Capítulo 15

### **A gestão política da covid-19**

#### **Atitudes de representantes e representados**

*André Freire e Viriato Queiroga*

### **Introdução**

No âmbito do tema da representação política, é possível abordar o mesmo segundo duas perspetivas distintas: a primeira diz respeito à análise das distribuições de preferências dos eleitores quanto ao voto em partidos e traduzidas em número de lugares dessas forças políticas nos órgãos eleitos, particularmente nas câmaras baixas dos parlamentos. A segunda foca-se na análise da congruência entre representantes e representados em termos ideológicos (esquerda-direita, etc.) e/ou em matéria de orientações perante as políticas públicas (políticas económicas, políticas sociais, liberalismo social, etc.).

Este trabalho filia-se nesta segunda abordagem da representação política. Todavia, os estudos anteriores focam-se sobretudo na congruência em matéria de identidades ideológicas ou de orientações em relação às políticas públicas, analisando mais raramente a congruência em matéria de questões de conjuntura (embora também existam alguns exemplos deste género, como sejam por exemplo os estudos sobre a congruência em matéria das atitudes dos cidadãos e dos representantes perante a intervenção da *troika*, no período da Grande Recessão (Freire *et al.*, 2016), e das avaliações políticas em relação à confiança nas instituições, na resposta à pandemia, a qual avançamos como um elemento inovador, no âmbito dos estudos da congruência dado que, tanto quanto podemos saber, não existem, para já, estudos relativos à confiança nas instituições numa circunstância pandémica.

O estudo foca-se, concretamente, na congruência eleitores-eleitos numa questão (supostamente) conjuntural: a gestão política da pandemia de covid-19 (*coronavirus disease 2019*, causada pelo vírus conhecido por SARS-CoV2) e a forma como ela foi percebida por eleitores e eleitos, em Portugal, em 2020 e 2021. Para este efeito baseamo-nos em dois inquéritos realizados em 2020 (eleitores) e 2020-2021 (deputados e candidatos não eleitos) os quais permitem comparar os níveis de congruência eleitores-candidatos em matéria de atitudes em relação à gestão política da covid-19.

O capítulo está estruturado em cinco secções, além desta introdução. Na primeira secção analisamos as teorias da representação política e as questões da

congruência entre eleitores e eleitos, bem como a sua relevância para o funcionamento dos sistemas políticos democráticos. Na segunda secção, metodologia e dados, apresentamos com mais detalhe os dados nos quais nos baseamos, bem como as medidas utilizadas para o estudo de congruência eleitores-candidatos. As três secções seguintes dizem respeito às análises sobre as atitudes de eleitores e representantes sobre a gestão política da covid-19. Assim, na terceira secção analisamos as atitudes de representantes e representados perante o nível de restrições associadas ao Estados de Emergência. Na quarta secção escrutinamos a confiança de eleitores e eleitos sobre a gestão política da pandemia por parte das instituições políticas e da administração pública. Na quinta secção analisamos a questão da confiança sobre as fontes de informação acerca da covid-19. O capítulo termina com breves notas conclusivas.

### **Representação política e congruência entre eleitores e eleitos**

Numa democracia liberal e representativa, um pressuposto fundamental é que, para se ter um regime democrático qualitativamente diferenciado, as políticas públicas devem refletir as preferências ideológicas e a vontade da maioria dos cidadãos.<sup>1</sup> Espera-se, portanto, que haja alguma congruência entre os eleitores e os seus representantes (deputados, membros do governo, etc.) em termos de preferências ideológicas e quanto às políticas públicas, nomeadamente quando se segmentam os grupos eleitorais e de deputados por partidos políticos. Espera-se também que, uma vez eleitos, os deputados tentem cumprir os compromissos que assumiram com os seus eleitores. São ambas, portanto, condições que determinam a qualidade da democracia.

Powell (2004) dividiu a investigação sobre a representação política em dois grupos principais (ver também Wessels, 2007 e 2011). O primeiro grupo inclui o trabalho de análise das relações entre a distribuição das preferências eleitorais dos partidos nas eleições (nacionais) e a distribuição de assentos parlamentares desses partidos. Este tipo de investigação inclui vários outros tópicos que analisam a relação entre os representantes e aqueles que representam, mediados através dos sistemas eleitoral e partidário. Este tipo de pesquisa tem sido realizado quer em Portugal (tanto com estudos de caso, como com estudos comparativos), quer noutros locais (ver Freire, 2016; para uma revisão de literatura geral, ver Freire, Lisi e Tsatsanis, 2020).

O segundo grupo de estudos sobre a representação política segue o caminho traçado por Miller e Stokes (1963), os quais estabeleceram uma tradição de investigação empírica sobre a representação política em que o pressuposto subjacente é o de que a congruência entre as preferências políticas dos membros do parlamento (MP) e as dos constituintes que representam, principalmente quando as preferências dos deputados

---

1 Parte do enquadramento teórico aqui utilizado, com as devidas adaptações ao tema em concreto, repesca análises já desenvolvidas por André Freire em anteriores trabalhos, nomeadamente em Freire e Correia (2020) e Freire (2022).

correspondem depois ao comportamento dos legisladores no Parlamento, é um aspecto vital da qualidade da representação política. Ou seja, dentro de certos limites e sem necessariamente violar o princípio do mandato não imperativo, quanto maior for o grau de congruência entre as preferências dos eleitores e dos MP, maior é a probabilidade de o eleitorado se sentir bem representado e mais provável será também que os legisladores (e os governantes) atuem de acordo com as preferências do povo, o que constitui um axioma fundamental de qualquer democracia representativa: as políticas públicas terem por base as preferências populares (Dahl, 1998; Manin, Stokes e Przeworski, 1999).<sup>2</sup>

No caso português, tais estudos são um desenvolvimento relativamente recente (Belchior e Freire, 2013; Freire e Belchior, 2013; Freire, Tsatsanis e Lima, 2016; Freire e Correia, 2020; Freire, 2022). Além disso, estes estudos portugueses baseiam-se principalmente na representação de questões (*issues*) / políticas públicas (*policy representation*), sendo bastante mais raros os estudos sobre a representação ideológica (*ideological representation*) (nesta matéria ver, porém, Freire e Belchior, 2013).

Todavia, há alguns estudos sobre representação política filiados na segunda linhagem de pesquisas acima referida que, ao contrário das pesquisas anteriormente aludidas, se focam na congruência entre eleitores e eleitos em matéria de questões mais conjunturais. Um exemplo deste tipo de pesquisas é desenvolvido no livro coordenado por André Freire *et al.* (2016), que analisa a congruência nas atitudes dos cidadãos e dos candidatos ao parlamento sobre a intervenção da *troika* no âmbito da Grande Recessão, na Grécia e em Portugal. O presente estudo filia-se, portanto, nesta tradição da representação política enquanto análise da congruência entre eleitores e eleitos, mas focando-nos em temas conjunturais (a gestão política da pandemia de covid-19 em Portugal, 2020-2021). Mesmo o facto de incluirmos, no que respeita à elite política, não apenas eleitos *tout court*, mas também candidatos não eleitos, é algo bastante comum nos estudos sobre a representação política, como o comprovam os inúmeros trabalhos feitos e publicados com base nos dados do *Comparative Candidate Survey*, ou seja, no fundo trata-se de elites políticas e de representantes ou de potenciais representantes políticos.<sup>3</sup>

#### *A resposta política à covid-19: atitudes de eleitores e eleitos*

Dada a natureza conjuntural do assunto em causa, a escassez de estudos anteriores sobre o tema específico e, nomeadamente, no âmbito pandémico, não podemos propriamente formular hipóteses de pesquisa no sentido forte da palavra. Todavia, a existência de alguma literatura no âmbito da resposta à pandemia da covid-19 releva a menção a estas mesmas investigações.

Uma primeira observação a ser realizada concerne ao comportamento dos partidos na oposição durante a crise pandémica, cujas avaliações das respostas

---

2 MP é a abreviatura utilizada nestes estudos para designar, em inglês, *Members of Parliament*, ou “parlamentares”, em português.

3 Para mais informações sobre este projeto, consultar: <https://www.comparativecandidates.org/bibliography>

governativas à pandemia, entre fevereiro e julho de 2020, começaram por ser relativamente positivas e foram-se tornando cada vez mais negativas (Louwerse *et al.*, 2021: 1035), ou seja, um relativo efeito de *rally around the flag*, no início da pandemia no Reino Unido, Alemanha, Israel e Países Baixos, com um continuado declínio assim que a pandemia se perpetuou no médio-longo prazo (Louwerse *et al.*, 2021: 1046).

A segunda observação prende-se com a reação dos cidadãos às medidas de contenção da pandemia. Num estudo a dez países, Altiparmakis *et al.* (2021) referem uma considerável variação na avaliação dos cidadãos em relação às medidas tomadas, quer no que respeita à saúde, quer à economia (pp. 1170-1171), encontrando altos níveis de confiança nas medidas de contenção, mas apenas em países onde existiam baixos níveis de polarização (p. 1173), estabelecendo uma correlação entre a aprovação das medidas e a confiança (p. 1174). Dinâmica similar é observada por Kritzinger *et al.* (2021) nos casos austríaco e francês, respeitante à confiança no governo: confirma-se o efeito *rally around the flag*, em que a (ausência de) polarização política é um fator importante. Assim, referencia-se que o efeito se verifica no caso austríaco, onde a confiança no governo terá sido influenciada pela boa avaliação de performance e, simultaneamente, pela perceção de risco para a saúde pública, ao passo que no caso francês não se observou o efeito, o que confirma a diferença da perceção das respostas políticas à covid-19 (p. 1224).

Ainda no âmbito deste tema, mas abordando o todo entre representantes e representados, focamos agora o caso português, em que, por um lado, se observou uma cooperação explícita entre o partido no Governo (o PS) e a oposição parlamentar e, por outro, se notaram altas taxas de confiança no primeiro-ministro, bem como altas taxas de aprovação do próprio Governo, sobretudo quando estes indicadores são comparados com os de Itália, Grécia e Espanha (De Giorgi e Santana Pereira, 2020). Tais análises do comportamento político do caso português, cujo desempenho da resposta à primeira vaga da pandemia foi internacionalmente aclamado, confirmam a ideia de que a colaboração interpartidária e os baixos níveis de polarização contribuíram positivamente para o bom desempenho e, sobretudo, para a avaliação positiva dos cidadãos sobre o mesmo (Silva, Costa e Moniz, 2021).

#### *A congruência em relação à gestão política da covid-19: expetativas teóricas*

A análise desta literatura sobre a resposta governativa à covid-19 e as opiniões dos cidadãos sobre a mesma ajudam-nos a compreender a importância da consonância das opiniões entre eleitores e elites, sobretudo num contexto de maior cooperação entre a oposição e o Governo, porque tal tende a levar a uma perceção mais positiva da cidadania ante as respostas governativas, que por sua vez resultam em menos mortes (Louwerse *et al.*, 2021: 1037), pelo que se torna particularmente relevante comparar as atitudes entre eleitores e eleitos. Assim, podemos formular algumas expetativas. Antes de formular essas expetativas propriamente ditas, alguma informação contextual é necessária. Primeiro, embora a maioria política de esquerdas só tenha existido formalmente entre 2015 e 2019, a verdade é que durante os primeiros dois anos da legislatura, entre 2019 e 2021, a tal maioria política teve pelo menos alguma continuidade, seja em termos de aprovação de orçamentos (ou, pelo

menos, validação dos mesmos, mediante a abstenção por parte dos partidos à esquerda do PS), seja em termos de apoio em medidas de combate à pandemia.

Dito isto, passamos a formular as nossas expectativas em relação ao que esperamos encontrar na análise dos resultados empíricos. Primeiro, dada a existência de maior apoio aos valores ligados à “lei e ordem” ou, dito de outro modo, à maior proximidade das direitas ao polo autoritário da divisão autoritário-libertário (Freire, Tsatsanis e Lima, 2016), é expetável que os eleitores e eleitos das direitas defendam mais restrições à cidadania no âmbito do Estado de Emergência, do que os eleitores e eleitos das esquerdas. Segundo, é expetável que eleitores e eleitos da maioria política de esquerdas confiem mais na gestão da pandemia protagonizada pelas instituições mais dependentes do Governo (“primeiro-ministro”, “ministra da Saúde” e “DGS”); pelo contrário, é expetável que as oposições de direita confiem mais, em termos relativos, nas instituições mais plurais e menos dependentes do Governo (“Presidente da República”, “Assembleia da República”, “poder local” e “forças de segurança”). Terceiro, é expetável que os eleitores e eleitos das áreas ideológicas que compõem a maioria política de esquerda depositem mais confiança nas fontes de informação institucionais, enquanto, pelo contrário, é expetável que eleitores e eleitos da oposição, ou seja, das direitas, depositem maior confiança nas redes sociais e na família como fontes de informação.

## Metodologia e dados

Este capítulo baseia-se em duas fontes de dados: o “Inquérito aos Candidatos a Deputados nas Eleições Legislativas de 2019 (eleitos e não eleitos)” (Freire, Queiroga e Serra-Silva, 2021) e a “Sondagem Março 2020 para SIC/*Expresso*: especial Covid-19” (Magalhães *et al.*, 2020).<sup>4</sup> Estes dois questionários contêm perguntas similares, as quais serão utilizadas para observar a congruência entre eleitores e candidatos no que respeita à gestão política da covid-19.

No que toca ao “Inquérito aos Candidatos a Deputados nas Eleições Legislativas de 2019 (eleitos e não eleitos)”, o questionário foi aplicado aos candidatos de todos os partidos com três ou mais candidatos eleitos no Parlamento. Assim, foram inquiridos os candidatos do Bloco de Esquerda (BE: n = 52, ou 3,8%), da Coligação Democrática Unitária (CDU: n = 40, ou 2,9%), o Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP: n = 39, ou 2,8%), Pessoas, Animais e Natureza (PAN: n = 36, ou 2,6%), do Partido Socialista (PS: n = 149, ou 10,8%) e do Partido Social Democrata (PSD: n = 66, ou 4,8%).<sup>5</sup> Assim, considera-se que o universo era de 1383 candidatos, dos quais 230 eleitos e 1153 não eleitos.

---

4 Este inquérito, realizado em Portugal, faz parte da rede internacional *Comparative Candidate Survey* (CCS) sendo realizado, em Portugal, desde as eleições legislativas de 2009. Para o caso do CCS internacional ver: <https://www.comparativecandidates.org/>; para o caso do CCS Portugal ver: <https://er.cies.iscte-iul.pt/en/node/42>.

5 O estudo inclui, ainda, um deputado do Iniciativa Liberal (IL), que se voluntariou a responder a este questionário.

No total, foram recolhidas 383 observações válidas (das quais 158 são de candidatos eleitos), pelo que o mesmo teve uma taxa de resposta total de 27,7%.<sup>6</sup> Os questionários aos candidatos eleitos foram aplicados por via *online*, através do *Qualtrics* (com lembretes semanais), assim como aos candidatos não eleitos do PS, ao passo que para os candidatos não eleitos do BE, CDU, CDS-PP, PAN e PSD, os questionários foram enviados por correio.<sup>7</sup> O trabalho de campo, quanto à aplicação *online* do inquérito a deputados e candidatos do PS, decorreu entre 26 de maio de 2020 e 30 de janeiro de 2021. Já o período de aplicação dos questionários por correio aos candidatos não eleitos dos restantes partidos decorreu entre 12 de novembro de 2020 e 24 de maio de 2021. Refira-se que, neste capítulo, utilizamos as respostas tanto de candidatos não eleitos, como de eleitos, ou seja, de elites políticas. Diversos exemplos existem de investigações sobre representação política que utilizam candidatos eleitos e não eleitos (por exemplo Freire *et al.*, 2016; Lewandowski, 2019; <https://www.comparativecandidates.org/bibliography>), aumentando a dimensão das amostras nas elites, bem como a variância nas respostas, elementos que constituem várias vantagens num trabalho sobre elites que, pela sua natureza, necessita do maior número possível de inquiridos e de bons níveis de variância nas respostas.

Em relação à “Sondagem Março 2020 para SIC/Expresso: especial Covid-19”, tratou-se de um inquérito por sondagem realizado pela GfK Metris, e coordenado por um consórcio de investigadores pertencentes ao ICS-UL e ao ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa, a cidadãos portugueses (residentes no continente e ilhas) maiores de idade. Este inquérito foi aplicado através de entrevistas telefónicas, com recurso ao sistema CATI, com sucesso a 625 indivíduos (totalizando uma taxa de resposta de 13,4%). A seleção dos inquiridos foi realizada através do método de quotas, ponderando o sexo, a idade e a região dos indivíduos, tendo todos os resultados sido ponderados. O trabalho de campo desta sondagem decorreu entre os dias 20 e 22 de março de 2020: portanto, entre 2 e 4 dias após o decreto do primeiro Estado de Emergência (Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março).

Uma nota relevante deve ser acrescentada, atendendo à *décalage* com a qual decorreu a aplicação dos questionários dos candidatos (eleitos e não eleitos) e dos eleitores: ao passo que a aplicação da sondagem ocorre nos dias imediatamente seguintes à declaração do primeiro Estado de Emergência, o inquérito aos candidatos só começou a ser aplicado em maio desse mesmo ano, terminando, apenas, no ano seguinte. Acresce a este facto que houve uma dificuldade extrema na aplicação dos inquéritos às elites políticas ao longo deste período pandémico, tornando o

---

6 Apesar de o universo ser de 1383 candidatos, algumas das moradas dos candidatos não eleitos não se encontravam disponíveis ou não foram disponibilizadas no registo da Comissão Nacional de Eleições, com quem colaborámos, com a devida autorização da CNPD (Comissão Nacional de Proteção de Dados), para o trabalho de campo dos candidatos não eleitos, pelo que o número de questionários aplicados foi de 1114, o que corresponde a 80,5% do universo.

7 O envio dos questionários por correio aos candidatos não eleitos do BE, CDU, CDS, PAN e PSD deveu-se à indisponibilidade de *emails* dos mesmos, ao passo que para os candidatos do PS e para os eleitos, os *emails* foram cedidos.

processo de aplicação dos questionários bastante moroso. Assim, aconselha-se cautela na interpretação dos dados, uma vez que as diferenças atitudinais observadas poderão (em parte) resultar deste desfasamento entre o período de aplicação dos dois estudos. Todavia, das variáveis utilizadas, tentámos, *a priori*, expurgar aquelas que poderiam ser mais contaminadas pelo *timing* do trabalho de campo.

### *As variáveis utilizadas*

Para podermos comparar a congruência entre eleitores e candidatos, no que toca à gestão da pandemia por parte das entidades públicas portuguesas, várias questões metodológicas têm de ser resolvidas antes de se prosseguir com a análise da congruência das atitudes de eleitores e elites na gestão política da pandemia de covid-19 (Andeweg, 2011; Belchior e Freire, 2013). A primeira diz respeito a que dados e que medidas devem ser utilizados? Primeiro, para medir as atitudes em relação à gestão política da pandemia por parte de representados (eleitores) e de representantes (deputados e candidatos não eleitos), segmentamos cada subconjunto em termos de autoposicionamento ideológico. Assim, realizamos a divisão em cinco categorias e procedemos da seguinte maneira: em primeiro lugar, a parcialização de eleitores e candidatos é realizada recorrendo à pergunta “Em política é usual falar-se da ‘esquerda’ e da ‘direita’? Como é que se posicionaria nesta escala, em que 0 representa a posição mais à esquerda e 10 a posição mais à direita?”, a qual varia entre 0 — “esquerda”, e 10 — “direita”. Desta forma, quer eleitores, quer candidatos, foram divididos em “esquerda” (à qual correspondem os valores de resposta 0, 1 e 2), “centro-esquerda” (3 e 4), “centro” (5), “centro-direita” (6 e 7) e “direita” (8, 9 e 10). Assim, foram construídos 5 grupos de identidades ideológicas.

Uma segunda decisão diz respeito à unidade de análise, ou seja, o segmento ideológico em que eleitores e eleitos se autoposicionam. É usual, neste tipo de estudos, segmentar o eleitorado, seja pelo partido em que votou, seja pelo partido com que mais simpatiza; todavia, dada a ausência destas variáveis no inquérito aos cidadãos que estamos a utilizar, optámos por esta partição com base no posicionamento ideológico na escala esquerda-direita. De idêntico modo, os estudos nesta linha usam geralmente a lista partidária por que foram eleitos (ou concorreram, no caso dos candidatos não eleitos) para segmentar as elites políticas; todavia, por uma questão de comparabilidade com o inquérito à cidadania, parcelamos as elites políticas (candidatos eleitos ao parlamento, i.e., deputados e candidatos não eleitos) também pelo posicionamento ideológico na escala esquerda-direita fracionado nas cinco categorias acima referidas.

Quanto aos grupos de variáveis respeitantes à confiança na gestão política da pandemia, mais concretamente, em primeiro lugar, em relação à atitude perante o nível de restrições associadas ao Estado de Emergência, seleccionámos uma questão que perguntava aos inquiridos: “Em relação à declaração do Estado de Emergência, qual das seguintes frases se aproxima mais da sua opinião?”: “Não era necessário ter-se declarado o Estado de Emergência” — 1, “Era necessário, e estas restrições foram as adequadas” — 2, “Era necessário, mas devia ter havido mais restrições” — 3. O segundo grupo de variáveis considerado diz respeito à confiança nas instituições em termos de



resposta à covid-19, operacionalizado com base nas respostas à pergunta: “Para cada uma das seguintes instituições, indique-nos até que ponto está confiante na resposta que estão a dar à epidemia”, referindo, de seguida, sete diferentes tipos de instituições, a saber: “primeiro-ministro”, “ministra da Saúde”, “Direção Geral da Saúde”, “Presidente da República”, “Assembleia da República”, “poder local” e “forças de segurança: polícia e GNR”. A escala de resposta era a mesma da questão anterior.

Por fim, a última questão selecionada diz respeito à confiança nas fontes de informação, usou-se a questão “Para cada uma das seguintes fontes de informação sobre a covid-19, pedia-lhe que nos dissesse até que ponto confia na informação que vem dessa fonte (...)” referindo-se, de seguida, quatro tipos de fontes: televisão; imprensa escrita, jornais e revistas; redes sociais; e família e dos amigos. A escala de resposta variava entre 1 — Nada confiante e 4 — Muito confiante.

A decisão final diz respeito às medidas estatísticas de congruência a utilizar. Aqui, sabemos claramente que as medidas de congruência relativa (ou seja, as que levam em linha de conta a heterogeneidade / dispersão das preferências entre o eleitorado) são melhores do que medidas absolutas (comparações de médias, percentagens, etc., entre eleitores e eleitos/candidatos) (Achen, 1978; Andeweg, 2011; Belchior e Freire, 2013). Por isso, optámos por medidas de congruência relativa e que, adicionalmente, têm em conta distribuição integral em ambos os níveis, eleitos e eleitores (ou candidatos), como proposto por Golder e Stramski (2010) e tal como utilizadas e adaptadas por Andeweg (2011) para comparar “muitos com muitos” (o eleitorado e o parlamento, nas suas pluralidades partidária/ideológica) com *funções de distribuição não cumulativa* (seguindo a solução adaptada de Andeweg). As *funções de distribuição não cumulativa* propostas por Golder e Stramski (2010), mas adaptadas por Andeweg, (2011), seja para as identidades ideológicas, seja para as políticas públicas, podem ser formalizadas assim: Congruência (“muitos para muitos” / *many to many*) =  $\sum x | F1(x) - F2(x) |$ .<sup>8</sup>

### Atitudes perante o nível de restrições associadas ao Estado de Emergência

Antes de prosseguirmos para a análise da congruência em relação às restrições do Estado de Emergência, refira-se que as percentagens de congruência apresentadas no quadro 15.1 dizem respeito às zonas a sombreado na figura 15.1, ou seja, referem-se à parte da distribuição de frequências que é comum a candidatos e eleitores (esta abordagem é semelhante nas duas secções seguintes).

8 F é a percentagem de eleitores [F1(X)] ou de deputados/candidatos [F2(X)] em cada ponto da escala esquerda-direita (ou da escala do índice dos três grupos de questões consideradas, ou de todos e cada um dos itens dos três grupos de questões), e que é comum a ambos os grupos, de modo que produzam a função cumulativa de frequências sobrepostas para os dois grupos em toda a escala. Ou seja, as áreas comuns são produzidas através de uma coluna representada a cinza que diz respeito à congruência entre eleitores e candidatos, ao passo que as colunas a preto representam as respostas dos eleitores, e as colunas a branco representam as dos candidatos.

Passando à primeira secção deste capítulo, que analisa as atitudes de eleitores e candidatos perante o nível de restrições associados ao Estado de Emergência, podemos fazer três notas. Primeiro, os níveis de congruência são substancialmente elevados para todos os segmentos ideológicos, sempre na ordem dos dois terços ou mais (ver quadro 15.1.).

Segundo, as maiores diferenças nas atitudes em relação ao nível de restrições situam-se, portanto, entre os grupos da esquerda, centro e centro-esquerda, no seio dos quais há maior incongruência entre eleitores e candidatos. Nesta linha, o que importa analisar será qual a raiz desta incongruência. E a raiz desta incongruência radica no facto de os candidatos na esquerda, no centro e no centro-esquerda defenderem menores níveis de restrições associadas ao Estado de Emergência do que os seus respetivos constituintes.

Terceiro, os maiores níveis de congruência situam-se, como já foi dito, no centro-direita e na direita, segmentos ideológicos nos quais eleitores e candidatos estão relativamente mais alinhados em defesa de maiores níveis de restrições (embora isto se verifique relativamente mais no centro-direita do que propriamente na direita).

Uma questão metodológica que se pode levantar sobre estes últimos dados deriva do período em que foi realizado o trabalho de campo. No caso dos eleitores, o período do trabalho de campo coincidiu com a primeira declaração do Estado de Emergência (março e abril de 2020), ao passo que, no caso dos candidatos, o trabalho de campo se prolongou entre a primavera de 2020 e a primavera de 2021. Por cautela, e para uma validação cruzada dos resultados encontrados, realizámos a comparação dos níveis de congruência entre eleitores e candidatos, segmentando a amostra dos candidatos segundo o período temporal do trabalho de campo. Ou seja, comparámos os candidatos inquiridos entre maio de 2020 e 19 de novembro de 2020, com o total de eleitores inquiridos, tendo a outra segmentação se situado entre 20 de novembro de 2020 e maio de 2021.<sup>9</sup> Os resultados encontrados (que não podemos aqui expor por razões de limitação de espaço) por período temporal segmentado revelam idênticos padrões, nos dois casos. Concluimos, portanto, desta validação cruzada da robustez relativa dos resultados encontrados, apesar da *décalage* no período temporal do trabalho de campo de eleitores e candidatos, que os nossos resultados são sólidos.

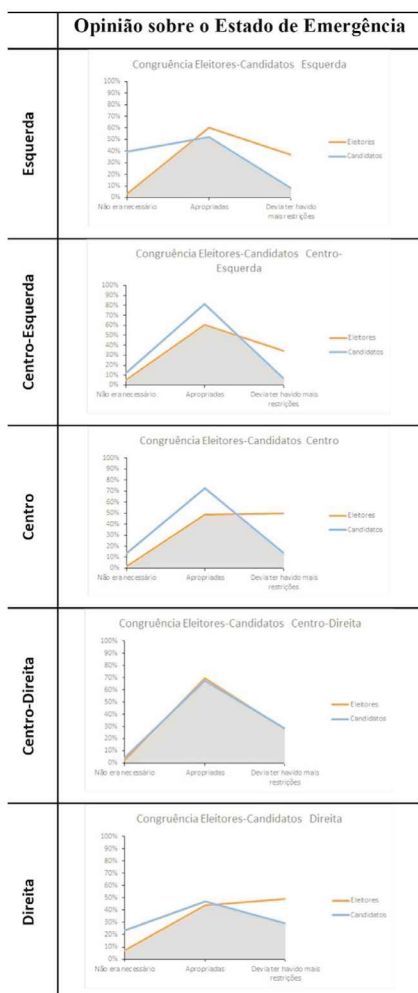
---

9 19 de novembro de 2020: escolhemos esta data por se tratar do dia do pico da média móvel de novos casos a 7 dias da segunda vaga de infeções por covid-19, em Portugal (*Observador*, 2022). A linha de corte segue este critério por, com efeito, se tratar de uma nova fase da pandemia: uma nova vaga, mais grave do que a anterior, pelo que tal diferença poderia proporcionar uma observação de atitudes políticas, por parte dos candidatos, diferentes das que foram observadas na totalidade. Porém, os testes cruzados referidos não evidenciaram diferenças entre estes resultados e a versão apresentada no quadro 15.1 e figura 15.1.

**Quadro 15.1** Congruência perante as restrições associadas ao Estado de Emergência

	Congruência	Candidatos	Eleitores
		(N)	(n)
Esquerda	63,20%	108	48
Centro-Esquerda	72,20%	109	74
Centro	64,10%	44	185
Centro-Direita	97,70%	46	81
Direita	80,20%	34	69

Fontes: candidatos (eleitos e não eleitos) — Freire, Queiroga e Serra-Silva (2020); eleitores — Magalhães *et al.* (2020)



**Figura 15.1** Congruência da opinião sobre as restrições associadas ao Estado de Emergência, para os eleitores e candidatos portugueses, por área ideológica

Fontes: ver quadro 15.1.

### Confiança nas instituições em termos de resposta à covid-19

Em relação ao nível de confiança quanto ao papel das instituições políticas na gestão da pandemia de covid-19, há algumas variações bastante importantes que revelam que a política não ficou completamente ausente na avaliação da gestão da crise sanitária.

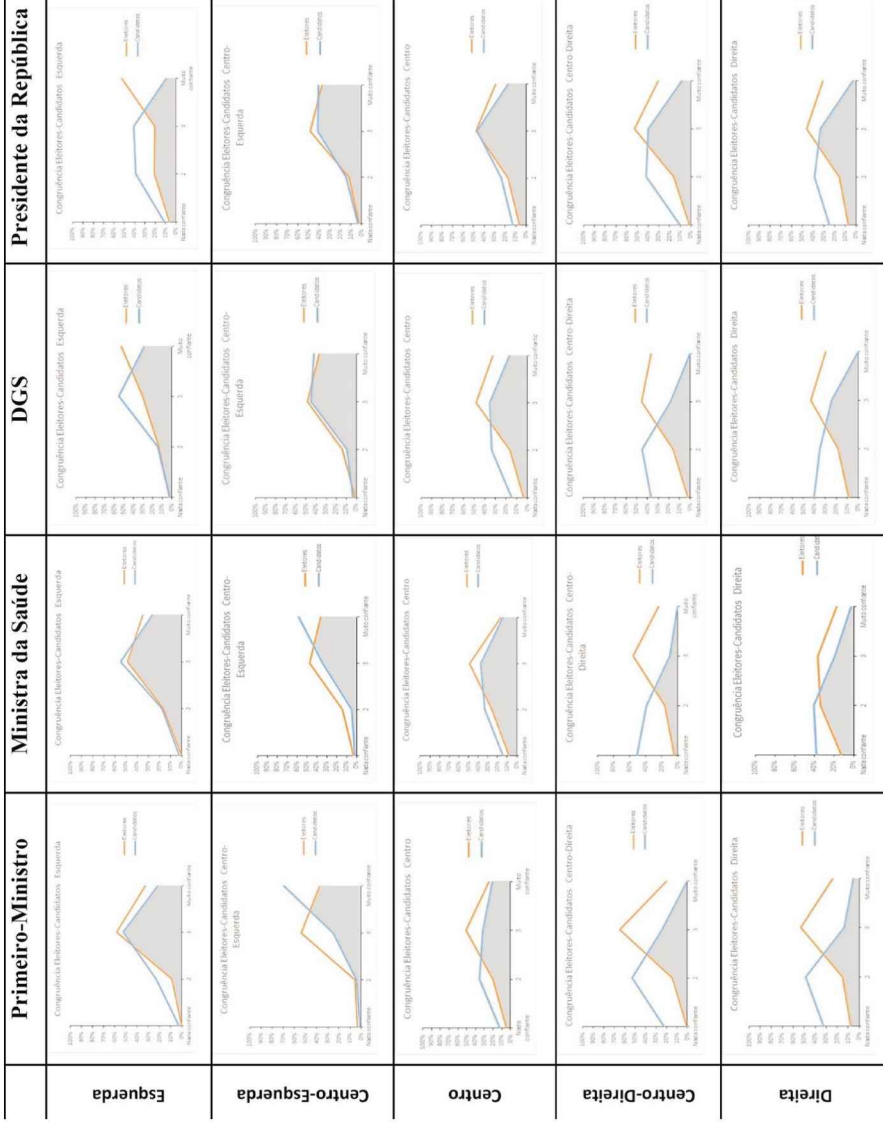
Quanto aos níveis agregados de congruência, temos os seguintes resultados. Primeiro, quanto às instituições mais diretamente ligadas ao governo (primeiro-ministro, ministra da Saúde e Direção Geral da Saúde), a congruência eleitores-candidatos é sobretudo elevada (entre cerca de 67% e 90%) nas áreas ideológicas que compunham a maioria política à data (esquerda, centro-esquerda e centro). Pelo contrário, os níveis de congruência no centro-direita e na direita são bastante menores, entre 30 e cerca de 60%. No caso da instituição Presidência da República, os níveis de congruência mais elevados situam-se no centro-esquerda, centro e centro-direita, não por acaso as áreas políticas mais próximas da Presidência da República, dado o bom entendimento entre a maioria política e o Presidente, e a extração política do Presidente no centro-direita. Nestas áreas ideológicas, os níveis de congruência ideológica variam entre cerca de 65 e 92%. Pelo contrário, é nas áreas ideológicas mais longínquas do centro (ou seja, esquerda e direita) que a congruência é relativamente mais baixa, embora sempre superior a 50%, mais especificamente variando entre cerca de 56% à esquerda e 59% à direita. Através da observação gráfica, podemos ver, na figura 15.2, não obstante uma congruência muito elevada nas instituições mais ligadas ao Governo, em todas as áreas ideológicas, no caso do Presidente, confirma-se uma maior desconfiança por entre os indivíduos de esquerda e de direita, mas maior congruência nas áreas ideológicas mais centrais.

Quanto à confiança nas instituições políticas mais plurais, ou seja, que traduzem com maior plenitude a diversidade do espectro política esquerda-direita, verificamos que há um nível de congruência muito elevado para todas as instituições, sobretudo para a Assembleia da República e para o poder local. No caso das instituições que administram a lei e a ordem, ou seja, as forças de segurança, também se verifica este padrão muito elevado de congruência, embora neste último caso, à esquerda, o nível de congruência seja relativamente mais baixo (na ordem dos 66%). Este último resultado está, de certa maneira, em linha com a tradicional reserva relativa das franjas da esquerda perante as instituições de manutenção da lei e da ordem (ex.: Cao, Stack e Sun, 1998; Anderson e Singer, 2008). Consultando, novamente, a figura 15.2, aquilo que se verifica é que os níveis de confiança são, globalmente, muito elevados em todas as áreas ideológicas e nos diferentes níveis (elites e cidadãos), traduzindo uma reduzida *décalage* entre eleitores e candidatos na avaliação da gestão da pandemia por parte destas instituições.

**Quadro 15.2** Congruência da confiança na resposta das instituições ao Covid-19

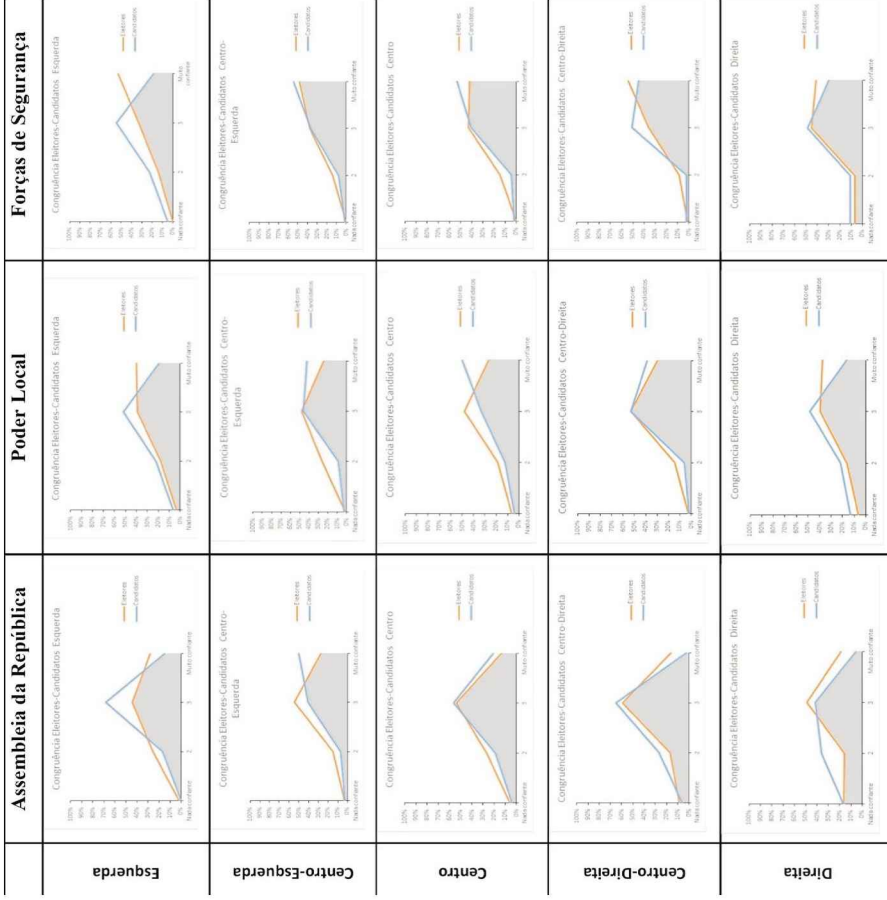
	Primeiro-Ministro			Ministra da Saúde			Direção Geral da Saúde			Presidente da República		
	Congruência	Candidatos (N)	Eleitores (n)	Congruência	Candidatos (N)	Eleitores (n)	Congruência	Candidatos (N)	Eleitores (n)	Congruência	Candidatos (N)	Eleitores (n)
Esquerda	82,90%	108	48	90,90%	108	47	74,70%	109	47	56,60%	108	48
Centro-Esquerda	67,40%	116	75	77,40%	116	75	91,90%	116	74	92,70%	116	75
Centro	76,70%	48	184	86,20%	48	183	71,70%	48	183	87,30%	47	182
Centro-Direita	39,80%	49	80	30,80%	49	80	36,20%	49	80	65,20%	48	80
Direita	41,70%	37	68	68,20%	37	66	51,50%	37	68	59,00%	36	68
	Assembleia da República						Forças de segurança					
	Congruência	Candidatos (N)	Eleitores (n)	Congruência	Candidatos (N)	Eleitores (n)	Congruência	Candidatos (N)	Eleitores (n)	Congruência	Candidatos (N)	Eleitores (n)
Esquerda	75,60%	108	47	79,60%	108	47	65,60%	108	48	65,60%	108	48
Centro-Esquerda	77,20%	116	71	80,60%	115	67	92,90%	115	71	92,90%	115	71
Centro	90,00%	48	172	76,90%	48	177	86,80%	47	176	86,80%	47	176
Centro-Direita	84,10%	49	78	90,90%	49	76	84,00%	49	77	84,00%	49	77
Direita	79,40%	36	66	78,70%	37	60	88,40%	37	65	88,40%	37	65

Fontes: ver quadro 15.1.



**Figura 15.2** Congruência da confiança em instituições, para os eleitores e candidatos, por área ideológica (continua)

Fontes: ver quadro 15.1.



**Figura 15.2** Congruência da confiança em instituições, para os eleitores e candidatos, por área ideológica

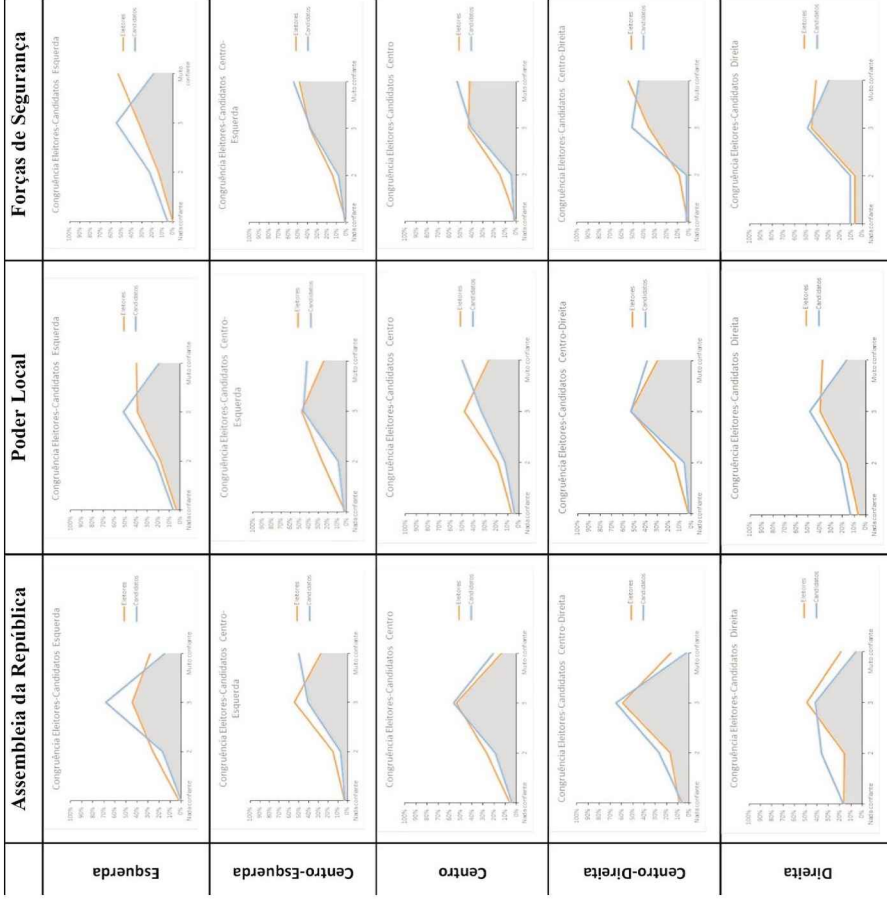
Fontes: ver quadro 15.1.

**Quadro 15.3** Congruência da confiança nas fontes de informação

	Televisão			Imprensa			Redes Sociais			Família e amigos		
	Congruência	Candidatos (N)	Eleitores (n)	Congruência	Candidatos (N)	Eleitores (n)	Congruência	Candidatos (N)	Eleitores (n)	Congruência	Candidatos (N)	Eleitores (n)
	Esquerda	61,10%	110	48	93,60%	111	35	75,90%	111	38	49,20%	109
Centro-Esquerda	84,10%	116	74	94,50%	116	64	68,10%	114	65	68,30%	115	73
Centro	81,30%	48	186	96,40%	48	132	73,90%	48	160	66,10%	48	180
Centro-Direita	63,90%	49	80	85,60%	49	58	67,40%	49	70	58,60%	49	80
Direita	63,40%	37	70	90,10%	37	57	83,40%	37	61	53,60%	36	70

Fontes: ver quadro 15.1.





**Figura 15.3** Congruência da confiança nas fontes de informação, para os eleitores e candidatos portugueses, por área ideológica  
 Fontes: ver quadro 15.1.

## Confiança nas fontes de informação sobre a covid-19

Através da análise do quadro 15.3 e da figura 15.3, podemos concluir que os níveis de congruência na confiança de eleitores e candidatos perante as diferentes fontes de informação sobre a covid-19 são sempre relativamente elevados, na ordem dos dois terços de congruência, como mínimo, aos quatro quintos como máximo, em todas as fontes de informação, embora com algumas variações.

Dito isto, escrutinando os valores no quadro 15.3, podemos concluir o seguinte — primeiro, quanto à televisão, em todos os grupos, o nível de congruência é na ordem dos dois terços, ou mais, sendo que no centro-esquerda e no centro a congruência atinge valores superiores a 80%. No caso da imprensa, os níveis de congruência são ainda mais avassaladores, ou seja, superiores a 90% em todos os grupos ideológicos, à exceção do centro-direita. No caso das redes sociais, os níveis de congruência são relativamente menores do que no caso da imprensa, embora correspondam a cerca de 70% ou mais. Finalmente, para a fonte de informação família e amigos, os níveis de congruência são os mais baixos de todas as fontes. Mais, é relativamente a esta fonte de informação que há maior variabilidade entre grupos ideológicos: o centro-esquerda e o centro têm valores de congruência na ordem dos dois terços; o centro-direita e a direita têm sempre valores superiores a 50%; e no caso da esquerda, a congruência está ligeiramente abaixo de 50% (49,2%).

Observando as distribuições completas de atitudes de eleitores e candidatos na figura 15.3, podemos concluir que, primeiro, quanto à televisão, os candidatos são relativamente mais céticos (leia-se, relativamente menos confiantes) do que os eleitores, sobretudo nos grupos ideológicos da esquerda, centro-direita e direita. De forma similar, e quanto às redes sociais, tal como quanto à família e amigos, verificamos que os eleitores revelam relativamente maiores níveis de confiança nestas fontes de informação do que os candidatos, sendo que há algumas nuances entre os grupos ideológicos, mas que são muito reduzidas. Por outro lado, no caso da imprensa, dos avassaladores níveis de congruência (sempre superiores a 90%, ou quase 90%) decorre que não há diferenças de relevo entre eleitores e candidatos.

Em suma, as diferenças que se verificam são maiores entre os diferentes níveis (elites *vs* eleitores) do que entre os diferentes segmentos ideológicos.

## Conclusões

A importância de estudar a congruência entre eleitores e elites políticas deriva do pressuposto de que tal congruência é uma condição *sine qua non* da translação da vontade maioritária dos eleitores na escolha e implementação das políticas públicas. Ora, apesar de a maioria dos estudos da representação política desta linhagem comparar sobretudo as identidades ideológicas (como a escala esquerda-direita), ou as orientações no que toca às políticas públicas, a verdade é que alguns estudos existem que comparam os níveis de congruência entre representantes e representados em questões mais conjunturais. O presente estudo perfila-se nesta última

linhagem, analisando os níveis de congruência entre eleitores e candidatos, em Portugal, quanto à gestão política da pandemia de covid-19.

Usando a mesma bateria para eleitores e candidatos, analisámos sobretudo três dimensões da gestão política da pandemia, a saber: em primeiro lugar, a opinião sobre as restrições associadas ao Estado de Emergência, analisando, depois, a confiança em instituições que responderam à covid-19 e, por fim, a confiança nas fontes de informação. Todas estas variáveis permitem uma análise da situação política portuguesa, na sequência da crise pandémica, concluindo existir uma congruência genericamente elevada entre o binómio eleitores-candidatos.

Neste contexto, devemos sublinhar o seguinte: no contexto de crise sanitária ligada à covid-19, verificou-se um grande consenso entre as forças políticas, sobretudo entre PS e PSD, ou entre PS e os partidos à sua esquerda, mas não raro incluindo outros partidos. Quando nos referimos a consensos referimo-nos a votações convergentes no parlamento de medidas como o Estado de Emergência, e/ou às medidas para apagar os efeitos socioeconómicos negativos do confinamento (para uma revisão dos dados sobre este tema, ver por exemplo Freire, 2020, e as referências inclusas).

Dito isto, seria de esperar que a diferenciação político-ideológica ficasse secundarizada no contexto da gestão da pandemia, dado o consenso interpartidário verificado. Todavia, os nossos resultados não indicam bem isto. A política encontra-se presente quando temos em conta as instituições que geriram a pandemia de covid-19. Ou seja, no caso das instituições mais diretamente ligadas ao Governo (primeiro-ministro, ministra da saúde e Direção Geral da Saúde) são os candidatos da esquerda, do centro-esquerda e do centro que mais confiam na sua atuação, tal como os respetivos eleitores; pelo contrário, os candidatos de centro-direita e de direita revelam mais ceticismo em relação à atuação destas instituições na gestão da pandemia, estando, todavia, algo desalinhados com os seus constituintes, visto que os eleitores de centro-direita e de direita confiam na gestão política destas instituições, tal como os eleitores e os candidatos das várias esquerdas. É no papel das instituições que melhor refletem o pluralismo político-partidário (Assembleia da República e poder local), ou que são fundamentalmente neutras do ponto de vista do partidarismo (forças de segurança), que a gestão política da pandemia revela maiores níveis de congruência eleitores-candidatos em todos e cada um dos segmentos ideológicos. Portanto, a política não ficou completamente secundarizada no âmbito da crise sanitária causada pela covid-19, ao contrário do que o consensualismo parlamentar em matéria de Estado de Emergência e de medidas de mitigação dos efeitos socioeconómicos da pandemia sugeriam. Terceiro, a última dimensão em que analisamos o grau de congruência entre eleitores e candidatos quanto à gestão política da covid-19, ou seja, a atitude ante o grau de desejabilidade das medidas de restrição associadas ao Estado de Emergência, revela também que a política não ficou completamente subalternizada. Ou seja, os níveis de congruência eleitores-candidatos são maiores na direita e no centro-direita, com os representantes e os seus constituintes alinhados em torno de um maior nível de restrições, do que entre as várias esquerdas, no seio das quais os candidatos são sistematicamente favoráveis a menos a restrições do que os seus constituintes.

Primeiro, é verdade que, em termos de confiança nas fontes de informação sobre a covid-19, as diferenças são sobretudo entre eleitores e candidatos, sendo que os primeiros confiam mais na televisão, nas redes sociais e família e amigos do que os segundos; os segundos, pelo contrário, confiam relativamente mais na imprensa do que nas restantes fontes de informação, nomeadamente quando os comparados com os eleitores.

Refletindo sobre as conclusões a que chegámos, e observando a literatura internacional que refere ser expetável a existência de consenso político, devido ao efeito *rally around the flag*, sobretudo, quando não existe um alto nível de polarização política (Kritzinger *et al.*, 2021; Altiparmakis *et al.*, 2021). Todavia, em Portugal verificou-se um misto desta mesma observação: sendo verdade que o consenso perante a resposta política à covid-19 era considerável (observe-se as percentagens da congruência quase sempre superiores a 50%), os diversos segmentos ideológicos demonstram diferenças entre si.

Indo um pouco mais além nesta reflexão, este estudo aprofunda o conhecimento científico, no âmbito da resposta política à pandemia, pese embora Portugal tenha sentido um consensualismo parlamentar (De Giogi e Santana Pereira, 2021) e um possível efeito *rally around the flag* (Kritzinger *et al.*, 2021; Altiparmakis *et al.*, 2021), ao demonstrar que, ainda assim, as diferenças entre governo/maioria parlamentar *vs* oposições, no caso esquerdas *vs* direitas, não deixaram de existir, e a gestão da pandemia, de facto, teve também um reflexo na diferenciação política típica de uma democracia saudável e de qualidade. Dito de outro modo, o pluralismo político-partidário não deixou de verificar-se na cena política portuguesa, apesar de uma significativa união de esforços no combate à pandemia. E ainda bem.

### Referências bibliográficas

- Achen, Christopher H. (1978), "Measuring representation", *American Journal of Political Science*, 22 (3), pp. 475-510.
- Altiparmakis, Argyrios, Abel Bojar, Sylvain Brouard, Martial Foucault, Hanspeter Kriesi e Richard Nadeau (2021), "Pandemic politics: policy evaluations of government responses to covid-19", *West European Politics*, 44 (5-6), pp. 1159-1179, DOI: 10.1080/01402382.2021.1930754.
- Anderson, Christopher J. e Matthew Singer MM. (2008), "The sensitive left and the impervious right: multilevel models and the politics of inequality, ideology, and legitimacy in Europe", *Comparative Political Studies*, 41 (4-5), pp. 564-599, doi:10.1177/0010414007313113.
- Andweg, Rudy B. (2011), "Approaching perfect policy congruence: measurement, development and relevance for political representation", em Martin Rosema, Bas Denter e Kees Aarts (orgs.), *How Democracy Works. Political Representation and Policy Congruence in Modern Societies*, Amesterdão, Pallas Publications/Amsterdam University Press, pp. 39-52.

- Belchior, Ana Maria e André Freire (2013), "Is party type relevant to an explanation of policy congruence? Catch-all versus ideological parties in the Portuguese case", *International Political Science Review*, 34 (3), pp. 273-88.
- Cao, Liqun, Steven Stack e Yi Sun (1998), "Public attitudes toward the police: a comparative study between Japan and America", *Journal of Criminal Justice*, 26 (4), pp.279-289, doi.org/10.1016/S0047-2352(98)00015-4.
- Dahl, Robert (1998), *On Democracy*, New Haven, CT, Yale University Press.
- De Giorgi, Elisabetta e José Santana Pereira (2020), "The exceptional case of post-bailout Portugal: a comparative outlook", *South European Society and Politics*, 25 (2), pp. 127-150, doi: 10.1080/13608746.2021.1872152.
- Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março* (2020), *Diário da República*, I série, n.º 55, pp. 13-22. Acedido a 4 de Janeiro de 2022, disponível em [www.dre.pt](http://www.dre.pt).
- Freire, André (2016), "The condition of Portuguese democracy during the troika's intervention, 2011-2015, within the symposium political parties, citizens and the economic crisis: the evolution of Southern European democracies", *Portuguese Journal of Social Science*, 15 (2), pp. 173-93.
- Freire, André (2020), "O espectro do bloco central e a 'geringonça'", *Jornal de Letras*, coluna mensal "Heterodoxias políticas", quinzena de 12 a 26 de agosto.
- Freire, André e Ana Belchior (2013), "Ideological representation in Portugal: MPs-electors linkages in terms of left-right placement and substantive meaning", *Journal of Legislative Studies*, 19 (1), pp. 1-21.
- Freire, André e Augusta Correia (2020), "Ideological and policy representation in Portugal, before and after the Great Recession, 2008-2017", em Marco Lisi, André Freire e Emmanouil Tsatsanis (orgs.), *Political Representation and Citizenship in Portugal: from Crisis to Renewal?*, Lexington Books – Rowman & Littlefield, pp. 107-128.
- Freire, André (2022), "Representação descritiva e substantiva no Parlamento democrático português", em Pedro Tavares de Almeida (org.), *O Parlamento Português*, Livro IV "Democracia".
- Freire, André, Andrea Pedrazzani, Emmanouil Tsatsanis, Xavier Coller, Paolo Segatti, (2022), "Age and descriptive representation in Southern Europe: the impact of the Great Recession on national parliaments", *South European Society and Politics*, doi: 10.1080/13608746.2022.2026336.
- Freire, André, Emmanouil Tsatsanis e Inês Lima (2016), "Portugal in times of crisis: value change and policy representation", em Malina Voicu, Ingwill C. Mochmann e Hermann Dülmer (orgs.), *Values, Economic Crisis and Democracy*, Abingdon, Routledge, pp. 240-276.
- Freire, André, Marco Lisi e Emmanouil Tsatsanis (2020), "Political representation in Portugal before and after the 'Great Recession': legitimation and ideological linkages between voters and their representatives.", em André Freire, Mélanie Barragán, Xavier Coller, Marco Lisi e Emmanouil Tsatsanis (orgs.), *Political Representation in Southern Europe and Latin America. Before and After the Great Recession and the Commodity Crisis*, Londres, Routledge, pp. 34-50.
- Freire, André, Marco Lisi, Ioannis Andreadis e José Manuel Leite Viegas (orgs.) (2016), *Political Representation in Times of Bailout: Evidence from Greece and Portugal*, Londres, Routledge.

- Freire, André, Viriato Queiroga e Sofia Serra-Silva (2021), "Inquérito aos candidatos a deputados nas Eleições Legislativas de 2019 (eleitos e não eleitos)", Observatório da Democracia e da Representação Política, ISCTE-CIES, Lisboa.
- Golder, Matt e Jacek Stramski (2010), "Ideological congruence and electoral institutions", *American Journal of Political Science*, 54 (1), pp. 90-106.
- Kritzinger, Sylvia, Martial Foucault, Romain Lachat, Julia Partheymüller, Carolina Plescia e Sylvain Brouard (2021), "'Rally round the flag': the covid-19 crisis and trust in the national government", *West European Politics*, 44 (5-6), pp. 1205-1231, doi: 10.1080/01402382.2021.1925017.
- Lewandowsky, Marcel (2019), "Policy congruence and strategic loyalty: which parties nominate candidates dissatisfied with democracy? Evidence from 11 European countries", *Political Research Exchange*, 1 (1), pp. 1-20, doi: 10.1080/2474736X.2019.1628616.
- Louwerse, Tom, Ulrich Sieberer, Or Tuttnauer e Rudy B. Andeweg (2021), "Opposition in times of crisis: covid-19 in parliamentary debates", *West European Politics*, 44 (5-6), pp. 1025-1051, doi: 10.1080/01402382.2021.1886519.
- Magalhães, Pedro, Alice Ramos, José Santana Pereira, Marina Costa Lobo e Paula Vicente (2020), "Sondagem março 2020 para SIC/Expresso: especial covid-19", Sondagens ICS/ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa.
- Manin, Bernard, Susan Stokes e Adam Przeworski (1999), "Elections and representation", em Adam Przeworski, Susan Stokes e Bernard Manin (orgs.), *Democracy, Accountability and Representation*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 29-54.
- Miller, Warren E. e Donald E. Stokes (1963), "Constituency influence in Congress." *American Political Science Review*, 57 (1), pp. 45-56.
- Observador (2022), "Covid-19: 14 quadros e gráficos mostram como estão os números em Portugal", consultado a 1 de março de 2022 e disponível em: <https://observador.pt/interativo/covid-14-quadros-mostram-como-estao-os-numeros-s-em-portugal/>.
- Powell, G. Bingham, Jr. (2004), "Political representation in comparative politics", *Annual Review of Political Science*, 7, pp. 273-296.
- Silva, Patrícia, Edna Costa e João Moniz (2021), "A Portuguese miracle: the politics of the first phase of covid-19 in Portugal", *South European Society and Politics*, doi:10.1080/13608746.2021.1979741.
- Wessels, Bernhard (2007), "Political representation and democracy", em Russell J. Dalton e Hans-Dieter Klingemann (orgs.), *The Oxford Handbook of Political Behaviour*, Oxford, Oxford University Press, pp. 833-850.
- Wessels, Bernhard (2011), "Performance and deficits of present-day representation", em Sonia Alonso, John Keane e Wolfgang Merkel (orgs.), *The Future of Representative Democracy*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 96-123.